HIDROVIAS DO BRASIL - VILA DO CONDE S.A.

CNPJ nº 13.574.672/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais - R$)*

ATIVOS	Nota	31/12/15	31/12/14
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	12
Títulos e valores mobiliários	5	64.294	55
Impostos a recuperar		2.639	248
Adiantamentos a fornecedores	6	1.701	2.854
Despesas pagas antecipadamente		420	625
Créditos com partes relacionadas	14	81.124	-
Outros créditos		8	13
Total dos ativos circulantes		**150.198**	**3.807**
Não Circulantes			
Garantias e depósitos caução		17	17
Despesas pagas antecipadamente		-	470
Imobilizado	7	558.815	163.443
Intangível	8	1.350	29
Total dos ativos não circulantes		**560.182**	**163.959**
Total Ativo		**710.380**	**167.766**

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/15	31/12/14
Circulantes			
Fornecedores	9	68.262	17.066
Empréstimos e financiamentos	13	407.592	-
Obrigações sociais e trabalhistas		579	567
Obrigações tributárias		7.846	1.191
Contas a pagar com partes relacionadas	14	2.089	-
Outras contas a pagar		140	1
Total dos passivos circulantes		486.508	18.825
Patrimônio líquido			
Capital social	11	234.234	154.037
Prejuízos acumulados		(10.362)	(5.096)
Total do patrimônio líquido		223.872	148.941
Total Passivo e Patrimônio Líquido		**710.380**	**167.766**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2015 e de 2014

(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

Receitas (Despesas) Operacionais	Nota	31/12/15	31/12/14
Salários, encargos e benefícios	16	(116)	-
Gerais e administrativas	16	(3.609)	(974)
Serviços profissionais	16	(285)	(844)
Depreciação e amortização	16	(165)	(124)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(4.175)	(1.942)
Receitas financeiras	17	1	17
Despesas financeiras	17	(1.092)	(93)
Resultado financeiro		(1.091)	(76)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do IR/CS	18	(5.266)	(2.018)
Lucro (prejuízo) do exercício		(5.266)	(2.018)
Prejuízo por ação - R$	12	(0,0242)	(0,0258)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 *(Em milhares de reais - R$)*

	31/12/15	31/12/14
Prejuízo do Exercício	(5.266)	(2.018)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total Exercício	**(5.266)**	**(2.018)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2015 e 2014 *(Em milhares de reais - R$)*

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		25.000	(3.078)	21.922
Integralização de capital em dinheiro		129.037	-	129.037
Prejuízo do exercício		-	(2.018)	(2.018)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**154.037**	**(5.096)**	**148.941**
Integralização de capital em dinheiro	12	80.197	-	80.197
Prejuízo do exercício		-	(5.266)	(5.266)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**234.234**	**(10.362)**	**223.872**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais - R$)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/15	31/12/14
Prejuízo do exercício	(5.266)	(2.018)
Ajustes em:		
Encargos de Dívida		(5)
Juros s/ aplicação financeira		
Depreciação e amortização	165	124
Baixa de Ativo Permanente		99
Caixa gerado nas operações	(5.101)	(1.800)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(2.391)	(248)
Adiantamentos a fornecedores	1.153	(2.854)
Despesas pagas antecipadamente	675	(1.095)
Outros créditos	5	5.108
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(17.066)	7.462
Obrigações sociais e trabalhistas	12	503
Obrigações tributárias	6.655	965
Outras contas a pagar	139	(4.999)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(15.919)	3.042
Encargos de dívidas pagas		
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(15.919)	3.042
Fluxos de caixa das atividades de investimeno		
Pagamentos relativos à aquisição de ativo imobilizado	(314.385)	(101.944)
Pagamentos relativos à aquisição de ativo intangível	(1.333)	(34)
Títulos e valores mobiliários	(52.499)	(50)
Partes Relacionadas	(81.124)	98.990
Caixa liquido aplicado nas atividades de investimento	(449.341)	(3.038)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	80.197	
Captação de empréstimos	382.974	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	2.089	-
Caixa liquido gerado pelas atividades de financiamento	465.260	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	12	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**12**	**12**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. ("Sociedade"), empresa pré-operacional, constituída em 21 de março de 2011, tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nesses ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. A Administração da Sociedade prevê a data de entrada em operação no primeiro trimestre de 2016. Aspectos regulatórios: Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA aprovou a concessão de Licença Prévia ("LP"), referente ao projeto da Sociedade, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo ("TUP") localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 1º de julho de 2013, foi aprovada a concessão de Licença de Instalação ("LI"), referente ao projeto da Sociedade, de instalação de Terminal Portuário de Uso Privativo ("TUP"), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 9 de maio de 2014, a Sociedade, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela Sociedade, na modalidade de TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, cidade de Barcarena, Estado do Pará, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 5 de dezembro de 2014, a Sociedade obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 335, publicado no Diário Oficial da União. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 336.310, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo (empréstimos ponte). Estes empréstimos de curto prazo serão transferidos para o passivo não circulante na medida em que os requerimentos contratuais com as instituições financeiras forem cumpridos, os quais a Administração da Sociedade espera que as liberações sejam realizadas durante o 2º trimestre de 2016. Adicionalmente, os acionistas da Sociedade tem compromisso de aportes de capital conforme previsto no acordo de subscrição (Private Placement). **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: a)** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **b)** Base de mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo; (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. **c)** Demonstração do resultado abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No caso da Sociedade, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas. **d)** Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. A moeda funcional das controladas no Uruguai e Paraguai é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes - efeitos de conversão de controladas no exterior. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e)** Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 8). **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **a)** Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado: Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Passivos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. **b)** Apuração do resultado: Os itens que compõem o resultado são registrados em conformidade com o regime contábil de competência. **c)** Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão de-